

O QUE SERIA O CHOQUE?

Restam duas opções: congelamento ou dolarização.

Celso Ming

O que seria esse novo choque do PFL e quais as suas possibilidades de sucesso?

Como o grande objetivo seria uma drástica virada do jogo político, uma decisão dessas não poderia ter consequências apenas cosméticas. Teria que ser choque mesmo. E para ser choque, duas seriam as opções:

Ou seria um choque tipo Plano Cruzado, com congelamento de preços e redução das taxas de juros; ou uma espécie de dolarização da economia, parecida com a da Argentina.

Se fosse congelamento de preços, seria filme rápido com final previsível: mesmo se acatado pelo mercado, o congelamento de preços teria duração máxima de três meses e, ao final desse período, haveria uma explosão da inflação com algum risco de desabastecimento porque todo o mercado iria preferir retirar a mercadoria da prateleira a vender comprejuízo ou abrir mão de um lucro

certo dois meses depois.

A hipótese da dolarização dificilmente daria certo sem um novo bloqueio de poupança. Porque a dolarização pressupõe o compromisso do governo de trocar qualquer quantia de cruzeiros por dólar, a um câmbio prefixado. O problema não estaria em trocar por dólares os cruzeiros que os brasileiros tivessem nos bolsos ou em conta corrente, nos bancos. Mas, também, em trocar por dólares as aplicações financeiras em caderneta de poupança, em CDBs, no fundão e em títulos públicos — à medida que esses títulos fossem vencendo todos os dias. Ora, isso exigiria reservas da ordem de 40 a 50 bilhões de dólares, o equivalente à dívida externa do Brasil com os bancos estrangeiros. Como tamanha quantidade de dólares não estaria disponível, não haveria como dolarizar sem esticar compulsoriamente o vencimento dos títulos.

Para fugir desse novo confis-

co, o economista André Lara Resende sugeriu uma dolarização parcial baseada na convivência de duas moedas nacionais. Mas essas idéias foram rejeitadas pelas suas consequências desastrosas por dois economistas de renome: Mário Henrique Simonsen e José Júlio Senna.

Ainda que, num ato de desespero político, o presidente Collor viesse a acatá-las, a probabilidade de desobediência civil (do choque não pegar) e de rejeição pelo Congresso Nacional seria razoavelmente alta dado que seriam implantadas com objetivo político imediato, o de impedir o impeachment, e não o de estabilizar a economia.

O problema é que um choque é sempre um fato consumado e praticamente sem retorno. É baixado por medida provisória e entra em vigor imediatamente. Revogá-lo implicaria anular efeitos que já teriam sido produzidos.